

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 24.06.2021

Aumento da eficiência para facilitar a vida aos cidadãos e aos empresários

Em resultado do desenvolvimento económico, o número de veículos motorizados tem aumentado continuamente. Os dois centros de inspecção de veículos automóveis (CIVA) da Direcção dos Assuntos para os Assuntos de Tráfego são responsáveis pela inspecção anual obrigatória dos veículos motorizados novos, incluindo pelos relatórios de inspecção extraordinária e de acidentes de viação, portanto, o volume de trabalho não é pouco. Assim, a partir de 17 de Maio deste ano, os serviços competentes lançaram o serviço de inspecção de veículos por marcação prévia através da internet, reduzindo o tempo de espera para atendimento no local.

Mas, segundo a opinião dos cidadãos, a marcação prévia para a inspecção no CIVA no Cotai é muitas vezes adiada. Segundo um residente, depois de chegar ao local na hora marcada, ainda teve de esperar três horas pela inspecção, por isso questiona-se sobre a eficiência do sistema de marcação prévia *online*.

Por outro lado, o sector automóvel também referiu que, segundo as observações feitas ao longo do tempo, esses adiamentos do CIVA devem-se a falta de mão-de-obra. Os trabalhadores do Centro, para além das inspecções regulares diárias, ainda têm de tratar dos trabalhos de abate de veículos, das inspecções dos veículos envolvidos em acidentes de viação e das operações de inspecção encaminhadas pela Polícia, o que leva à sua distribuição instável.

Todos os dias, na hora do almoço, os trabalhadores almoçam e descansam alternadamente. Durante esse período, há mais falta de pessoal, e a eficiência da inspecção diminui. Nessa altura, o serviço de marcação prévia de inspecção de veículos é necessariamente afectado, e as marcações posteriores ficam, naturalmente, mais atrasadas. Ainda, durante a inspecção, os trabalhadores têm de utilizar o *tablet* PC ligado ao equipamento para efectuar o exame, mas os respectivos equipamentos apresentam avarias constantes. A demora para reconectar os dispositivos afecta também o processo de inspecção.

Para elevar a eficiência do trabalho de inspecção automóvel e reduzir o tempo de espera dos cidadãos, apresento as seguintes sugestões:

1. Em relação ao problema da falta de pessoal nos CIVA, o Governo deve rever e melhorar quanto antes o seu quadro de pessoal, aumentando o número de trabalhadores e a capacidade e eficiência na inspecção. Se, no curto prazo, não for possível aumentar o pessoal para satisfazer o número de marcações para a inspecção automóvel, proponho o reajustamento das quotas diárias de atendimento, especialmente no período do almoço dos trabalhadores, melhorando a situação do tempo de espera dos utentes com atendimento marcado.

2. Garantir a actualização e substituição dos equipamentos de inspecção. Estamos

numa era em que tudo está ligado através da aplicação da internet das coisas e de tecnologias inteligentes, sendo necessário elevar a eficiência da prestação de serviços e da distribuição de recursos no Governo, com um melhor aproveitamento da tecnologia. No recente concurso público para substituição dos equipamentos de inspeção dos dois Centros de Inspeção de Veículos Automóveis (CIVA), os serviços competentes afirmaram que aquela tinha por referência o padrão nacional do processo de inspeção automóvel. Espero que esse trabalho seja concluído quanto antes para melhorar a actual situação de espera por inspeção automóvel, bem como a eficiência do serviço prestado e a distribuição do pessoal nos centros de inspeção.

3. O Governo de Hong Kong transferiu, há muitos anos, para 40 centros designados de inspeção automóvel uma parte dos trabalhos de inspeção de automóveis ligeiros e de veículos de carga de até 1,9 toneladas, com a uniformização dos critérios de cobrança, o que elevou significativamente a eficiência administrativa, facilitando a vida aos cidadãos e aos empresários. Face ao aumento contínuo do número de veículos em Macau, o Governo deve adjudicar os serviços de inspeção, começando com a inspeção dos automóveis novos, para aproveitar melhor os recursos da sociedade no sentido da melhoria da qualidade dos serviços prestados. Essa medida pode contribuir para a criação de postos de trabalho e aumenta o benefício económico e social. O Governo vai fazer isso?

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 24.06.2021

Estudar o estabelecimento de um sistema de "passaporte" financeiro para facilitar a interconexão e interoperabilidade financeira Macau-Hengqin

Para satisfazer as necessidades dos residentes de Macau, quanto a trabalhar e a viver no interior da China, e das empresas de Macau na procura de serviços financeiros transfronteiriços, nestes últimos anos, as exigências para a entrada de instituições financeiras de Macau em Hengqin aumentaram, e é ainda limitado o número de bancos e seguradoras de Macau que conseguiram entrar, com sucesso, em Hengqin. Olhando para a política do Governo Central sobre as restrições de entrada das instituições financeiras estrangeiras, já foi eliminado, em 2019, o requisito dos activos para as sucursais criadas no Interior da China por bancos estrangeiros, de Hong Kong e de Macau, porém, continua a ser indispensável a aprovação e o consentimento da Comissão Reguladora de Bancos e Seguros da China para a admissão de instituições bancárias. Quanto às companhias de seguros de Macau, só duas delas é que satisfazem o requisito dos activos totais na ordem de cinco mil milhões de dólares americanos. Os Governos dos três locais chegaram já ao consenso de acelerar a integração e o desenvolvimento da indústria financeira na Grande Baía, porém, como há diferenças nos sistemas jurídicos, moeda, e taxas de juro e câmbio, há muitas dificuldades que têm de ser resolvidas.

Problemas semelhantes foram encontrados pela União Europeia durante o processo de promoção da integração. Assim, a União bancária da UE estabeleceu um mecanismo de supervisão única, com o objectivo de promover o desenvolvimento integrado do sector financeiro na Europa. O procedimento de “Passaporte” (*Passporting*) para resolver a questão do desenvolvimento transfronteiriço de negócios entre as instituições financeiras dos países membros reveste-se de importante significado de referência para acelerar a concretização da cooperação aprofundada entre as instituições financeiras de Macau e de Hengqin. As instituições bancárias e financeiras de pequena escala dos países membros da UE e os outros países europeus que participam no referido “mecanismo de supervisão única“, para poderem estabelecer sucursais noutros países europeus, só têm de obter autorização da autoridade de supervisão financeira do seu país e esta só tem de comunicar o facto ao Banco Central Europeu, para efeitos de registo no país onde se pretende exercer actividade, podendo, então, vender os seus produtos financeiros no país pretendido.

Com vista a promover os elementos financeiros essenciais para a concretização, quanto antes, de uma circulação mais livre e conveniente na zona de cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau, em Hengqin, sugiro o seguinte:

1. O Governo deve analisar o projecto da Nova Zona de Hengqin com os ministérios e departamentos competentes do Interior da China, tomando como referência o modelo de união bancária adoptado pela União Europeia para

implementar, a título experimental, o processo de emissão de um “passaporte” para o sector financeiro, adaptando-o adequadamente às características chinesas e definindo, em conjunto, os critérios de acesso às instituições financeiras que queiram ingressar em Hengqin para prestar serviços através de Macau. Os bancos e seguradoras de Macau que queiram iniciar os seus negócios em Hengqin precisam apenas de pedir autorização à Autoridade Monetária de Macau (AMCM), e esta apenas necessita de o comunicar às autoridades de supervisão financeira da Província de Guangdong, para efeitos de registo. As instituições financeiras autorizadas com este “passaporte” não necessitam passar novamente pela apreciação e autorização dos órgãos de supervisão financeira do Interior da China, nem precisam de criar sucursais no Interior da China para iniciar actividades em Hengqin, simplificando-se assim o processo de autorização transfronteiriça.

2. As instituições financeiras de Macau que queiram entrar em Hengqin através deste regime devem ser fiscalizadas pela Autoridade Monetária de Macau, de acordo com as leis e regulamentos bancários de Macau e de acordo com as exigências e supervisão da *China Banking and Insurance Regulatory Commission*, cabendo à AMCM divulgar regularmente as informações àquela entidade. Através deste “passaporte”, que é aplicável à política de “um País, dois Sistemas”, flexibilizam-se os requisitos de acesso das instituições financeiras de Macau a Hengqin, permitindo que o funcionamento do mercado integre e inove o sistema financeiro, com vista à fusão profunda entre as instituições financeiras das três regiões da Grande Baía, proporcionando experiências e exemplos.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 24.06.2021

Acelerar a promoção do uso de veículos movidos a novas energias em articulação com as estratégias nacionais de conservação energética e de redução de emissões

Na Cimeira do Clima, realizada em Abril deste ano, o Presidente do Estado, Xi Jinping, reafirmou que a China se comprometerá a alcançar os níveis máximos de emissão de CO² até 2030 e a neutralidade de carbono até 2060. Sob a orientação da política nacional de conservação energética e redução de emissões, e de desenvolvimento de projectos de novas energias, os veículos movidos a novas energias estão a entrar numa fase de rápido desenvolvimento. Os automóveis com novas energias produzem menos ruído e emitem menos gases nocivos, o que contribui, sobretudo no Verão, para reduzir os efeitos da “ilha de calor”, e retarda a ocorrência do El Niño, mantendo, assim, um bom ambiente ecológico.

Nos últimos anos, vários países europeus implementaram a política de proibição de venda de veículos movidos a combustível. Hong Kong criou um fundo para os transportes movidos a novas energias, a fim de incentivar a utilização de veículos comerciais eléctricos. Actualmente, os autocarros que circulam na vizinha cidade de Zhuhai já são totalmente eléctricos. No início deste ano, Shenzhen anunciou que, até 2025, o número total de veículos movidos a novas energias na cidade deverá atingir 1 milhão de unidades, sendo necessário construir 43 mil lugares de carregamento rápido e 790 mil, de carregamento lento.

O Governo da RAEM, desde 2012, tem vindo a oferecer benefícios fiscais para os veículos motorizados novos que cumprem as normas ecológicas de emissão de gases poluentes, a fim de promover o uso de veículos eléctricos por particulares e empresas. Até ao final de 2020, havia em Macau 244 110 veículos registados, dos quais 1339 eram eléctricos, o que representa uma percentagem inferior a 0,6 por cento. Actualmente, Macau dispõe apenas de 200 lugares para carregamento de veículos ligeiros e 2 para carregamento de motociclos. Na opinião de muitos cidadãos, a inconveniência e a falta de instalações para carregamento de baterias são as principais razões para restringir a sua escolha do uso de veículos eléctricos.

Assim, sugiro o seguinte:

1. As deslocações verdes serão uma tendência, por isso, sugiro ao Governo que inclua os veículos movidos por novas energias no segundo Plano Quinquenal da RAEM, definindo objectivos quantificáveis e faseados, garantindo o aumento do número deste tipo de veículos, iniciando este plano, em primeiro lugar, com a introdução deste tipo de veículos nos transportes públicos e nos serviços do Governo, pois há que liderar e dar o exemplo no uso deste tipo de veículos, com vista a seguir os novos planos estratégicos do País para a redução das emissões de carbono.

2. O interesse na escolha de um automóvel eléctrico não é grande, devido à falta de instalações de carregamento e pelas suas inconveniências. Uma generalização do seu uso,

quando baixa, pode afectar o seu desenvolvimento e avanço tecnológico, bem como a procura de equipamentos complementares. Trata-se, portanto, da questão da “galinha e dos ovos”, que requer que o Governo mude de mentalidade, planeando racional e proactivamente essas instalações.

3. Afirmou o Governo, há tempos, que o número de baterias usadas e obsoletas produzido em Macau era insuficiente para formar uma indústria de reciclagem, necessitando assim de serem tratadas para eliminar a sua nocividade. Com a generalização do seu uso, aumenta-se o número de baterias usadas e obsoletas, e tem o Governo de encontrar uma solução para o problema, planeando com antecedência políticas ou medidas de reciclagem para a sua recolha e tratamento, de forma a evitar a poluição do nosso ecossistema.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 24.06.2021

Apoio à medida do Governo de relaxar prioritariamente as deslocações fronteiriças dos residentes vacinados

Há dias, o Governo divulgou que, se não houver, durante 28 dias consecutivos, nenhum caso local em Hong Kong, as medidas de migração entre as duas regiões serão relaxadas de forma faseada, sendo que a primeira fase prevê um número com limite. (...) O pressuposto disto é as pessoas terem tomado a vacina contra a Covid-19, e há um regime de interrupção. (...) a dispensa da observação médica é acompanhada de suficientes medidas de protecção e segurança, incluindo a exigência aos indivíduos que se desloquem entre Hong Kong e Macau de se vacinarem, de efectuarem diversos testes de ácido nucleico, antes e depois da chegada a Macau, e de se sujeitarem às restrições das suas actividades nos bairros comunitários antes de todos os testes obterem um resultado negativo (...). Pela sua atitude de trabalho, isto é, a governação científica e a vontade de ouvir a população, o Governo merece mesmo o nosso elogio!

Mas, em várias regiões de Guangdong, têm-se registado, de forma incessante, casos, locais e importados, que são diagnosticados como infecção por variantes do vírus, havendo casos de “contágio silencioso” pelo facto de os infectados se encontrarem no período de incubação do vírus e de serem assintomáticos. As variantes do vírus são mais rápidas em termos de contágio, e há dificuldade em descobrir e rastrear no caso de “contágio silencioso”, o que dificulta ainda mais os trabalhos de prevenção. Assim, é correcto que, ao relaxar as medidas de migração entre Hong Kong e Macau, o Governo da RAEM tome a vacinação como pressuposto principal.

O Governo manifestou recentemente que, tendo em conta a melhoria da situação epidémica de Guangdong, não se exclui a possibilidade de relaxar a exigência das 48 horas do teste de ácido nucleico para um período mais longo aos cidadãos vacinados que se deslocam entre Guangdong e Macau. Alguns cidadãos concordam com isto e apoiam esta política do Governo, pois, segundo especialistas e académicos, a vacinação pode reduzir as taxas de infecção, de doenças graves e de mortalidade. Entre vários casos locais ocorridos recentemente em Guangzhou, quatro pessoas tinham recebido a sua primeira dose da vacina e não se encontram em estado grave, e os resultados clínicos revelam a eficácia da vacina na prevenção de doenças graves.

Pelo exposto, pode constatar-se que há uma grande diferença entre vacinar e não vacinar. Mais, segundo especialistas e académicos, o factor-chave para assegurar a saúde dos cidadãos e revitalizar a economia é o esforço conjunto do Governo e da população na construção, quanto antes, de uma barreira imunológica.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 24.06.2021

Emprego para os graduados

Devido à COVID-19, vários países e regiões reforçaram as restrições na passagem das fronteiras. O jogo é o pilar de Macau, e essas restrições tiveram enorme impacto na nossa economia, com a redução do número de turistas e o mercado de emprego a ser afectado. Entre Fevereiro e Abril de 2021, a taxa de desemprego atingiu 3,0% e a taxa de desemprego dos residentes 4,1%, ambas subiram 0,1 pontos percentuais, face às do período passado (Janeiro a Março de 2021), e a taxa de subemprego atingiu 4,8%, mantendo-se idêntica à do período anterior. Por causa da epidemia, o mercado está em crise, os trabalhadores têm de enfrentar situações de desemprego, redução de salários, e licenças sem vencimento, portanto, é muito difícil para um recém graduado conseguir entrar no mercado laboral, quanto mais encontrar o emprego ideal.

Uma associação realizou, recentemente, um inquérito sobre as carreiras e a pressão dos estudantes universitários na procura de emprego, segundo o qual as principais fontes de pressão são o ambiente do mercado e as técnicas de procura de emprego. 69% dos entrevistados sentem um grau médio a elevado de pressão perante a redução da procura e o aumento da oferta de talentos e 34% um grau relativamente elevado e muito elevado. Quanto às carreiras, 70% dos entrevistados entendem que o serviço de consultoria de carreiras em Macau é insuficiente, demonstrando que a educação e o apoio ao plano de carreiras são também insuficientes, e é por isso que os estudantes se sentem pressionados em relação ao futuro. Mais, todos os entrevistados acharam que é pertinente estagiar e trabalhar fora de Macau, para planearem melhor as suas carreiras profissionais, e 75% manifestaram-se disponíveis para estagiar na Grande Baía.

Pelo exposto, sugiro ao Governo que siga o exemplo das regiões vizinhas, isto é, que pondere criar manuais para os alunos do ensino secundário, sobre planos de carreiras adequados a Macau, para serem utilizados nos currículos regulares e estudar sobre a realização de mais cursos de formação de docentes na área do planeamento de carreiras nas diversas instituições universitárias, no sentido de ajudar os estudantes a planearem melhor o seu futuro. O Governo deve ainda divulgar e actualizar, o mais breve possível, a base de dados de talentos, no sentido de ajudar os candidatos a emprego e as empresas a compreenderem a situação, e, através de diversos meios, reforçar a promoção dessa base de dados, sob a colaboração dos Serviços de Educação e da DSAL, para atrair mais residentes e graduados a registarem-se e actualizarem os seus dados, a fim de enriquecer a base de dados em causa e construir uma plataforma de comunicação conveniente entre as empresas e os talentos.

Sugiro ainda ao Governo que implemente, de forma permanente, mais planos de formação subsidiada com mais vagas, que apele às empresas locais para oferecerem mais estágios e postos de trabalho temporário, e que aumente as contratações e os estágios na Grande Baía, no sentido de permitir que os nossos jovens consigam experimentar mais tipos de trabalho, ajudando-os a acumular mais experiência e a desenvolver e adquirir mais capacidades profissionais, a fim de ficarem mais bem preparados para o desenvolvimento

das suas carreiras. Espero também que o Governo lance medidas para incentivar os jovens locais a avaliar a situação que estão a enfrentar, no sentido de transformarem a crise em oportunidades, isto é, optarem pelo prosseguimento de estudos ou adquirirem mais capacidades vocacionais ou optarem pela aprendizagem contínua e auto aperfeiçoamento, no sentido de irem elevando o nível do seu currículo académico, de modo a poderem aproveitar da melhor forma as oportunidades de desenvolvimento trazidas pela recuperação económica após a epidemia.

Com vista a dar resposta à epidemia e ao desenvolvimento sustentável de Macau a longo prazo, o mais importante é o Governo esforçar-se em estudar o desenvolvimento diversificado das indústrias, incluindo: a grande indústria saudável, a inovação tecnológica, as finanças, as convenções, e a cultura e o desporto, entre outras, com vista a explorar novas forças motrizes para o desenvolvimento destas indústrias, promover a diversificação adequada das indústrias e resolver o dilema do monolitismo da estrutura económica de Macau, pois só assim é que podemos abrir um caminho mais amplo para o desenvolvimento futuro dos jovens de Macau.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 24.06.2021

Reforçar, continuamente, a protecção ao emprego dos trabalhadores do sector do jogo

O sector do jogo em Macau foi duramente atingido pela epidemia e pelas medidas do Interior da China de combate às actividades de jogo fora do Estado. De Janeiro a Maio deste ano, a receita bruta acumulada do jogo foi de 42,5 mil milhões de patacas, um aumento de 29 por cento em relação ao ano anterior, mas ainda está longe do valor de 125,7 mil milhões de patacas de 2019. O sector do jogo beneficia a subsistência de dezenas de milhares de famílias. Devido à epidemia, muitos operadores desse sector vêem os seus rendimentos reduzidos, por isso, estão preocupados com o futuro e aguentam enorme pressão, tanta económica como psicológica. A par de solicitar às autoridades que empreguem esforços na estabilização do ambiente de emprego do sector do jogo, apelo também às concessionárias do jogo para assumirem mais responsabilidades sociais, correndo juntos os mesmos riscos e passando dificuldades em conjunto com a população, de modo a proteger o emprego.

Quanto à reabertura do concurso para a concessão de licenças de jogo, assunto alvo da atenção social, o Governo revelou que a consulta pública ia ser no 2.º semestre deste ano. Espero que o Governo se esforce por integrar o desenvolvimento do sector do jogo com a economia, a sociedade e a vida da população, impulsionando a diversificação adequada da economia e apoiando o desenvolvimento de empresas e empregados locais, permitindo assim aos residentes partilhar os frutos do desenvolvimento do sector do jogo.

Para o bem-estar dos trabalhadores, espero que o Governo aproveite a oportunidade do novo concurso público para as licenças de jogo e promova o aperfeiçoamento do ambiente laboral e do espaço de desenvolvimento profissional do sector do jogo, otimizando o ambiente de trabalho e as garantias profissionais, incentive as concessionárias a implementarem medidas favoráveis à família, e reforce a resiliência laboral para aumentar a capacidade de resistência ao risco. A longo prazo, há que aperfeiçoar o regime de distribuição das receitas do jogo, estudar o aumento da proporção das dotações para o Fundo de Segurança Social e disponibilizar recursos para a criação de um Fundo de Garantia dos Trabalhadores do Jogo, a fim de prestar apoio aos trabalhadores necessitados.

Actualmente, com a excepção dos cargos de *croupier* e supervisor, há ainda muitos TNR no sector do jogo, por isso, propõe-se a reserva de mais postos de trabalho para os locais e o aumento da proporção de cargos médios e superiores a assumir por locais, deixando os bons empregos para as gentes de Macau.

Por fim, o jogo é o sector predominantes de Macau, que sustenta o desenvolvimento dos outros sectores, e é muito importante para a estabilidade social e a vida da população. Espera-se que o Governo continue a prestar atenção à situação de exploração do sector do jogo, envidando esforços para manter o seu desenvolvimento sustentável.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 24.06.2021

Sugestões para estabilizar a situação pandémica, garantir o emprego e proteger a saúde e os direitos dos trabalhadores

A pandemia persiste no Mundo, mas em Macau está controlada. Mesmo assim, devido ao seu ressurgimento nas regiões vizinhas, Macau teve de apertar as medidas de controlo das fronteiras, com impacto para a vida quotidiana dos residentes, para a economia e para o emprego dos trabalhadores locais. A taxa de desemprego mais recente (Fevereiro a Abril) atingiu 3% e a dos trabalhadores locais 4,1%, correspondendo a uma subida de zero vírgula um ponto percentual relativamente ao período anterior (Janeiro a Março); a primeira foi a mais alta, desde Março a Maio de 2010, enquanto que a taxa de subemprego se manteve em 4,8%. Por outras palavras, há 12 mil pessoas desempregadas, um aumento de 400 pessoas, e estes números demonstram uma situação do emprego pouco optimista, o que exige que o Governo adopte medidas para apoiar a colocação dos trabalhadores locais.

A Federação das Associações dos Operários, em conjunto com a Associação das Ciências Económicas de Macau, convocou há dias uma conferência de imprensa para anunciar os resultados do estudo e inquérito sobre a actual situação do emprego dos trabalhadores nos diversos sectores de actividade (2021), e o inquérito teve como alvo trabalhadores com mais de 16 anos de idade. 45% dos inquiridos, num universo de 6730, entendem que o seu rendimento reduziu, em comparação com a situação antes da pandemia, especialmente nos sectores das convenções e exposições, transportes, manufatura, jogo e turismo, hotelaria e restauração, comércio por grosso e a retalho e construção civil, em que a redução atinge mais de 50%. Mais de 60% dos inquiridos receiam perder o emprego, uma subida comparativamente a 2019, nomeadamente, em termos de ordem, por falta de negócios, por ser grande a competitividade e por serem substituídos por trabalhadores não-residentes.

Os resultados do inquérito reflectem ainda as dificuldades e as preocupações dos trabalhadores locais, pois muitos deles estão desempregados há já muito tempo ou em férias sem vencimento, e também há problemas como a redução das horas de trabalho, férias compulsivas, salários reduzidos, etc., que destacam o facto de os não residentes tirarem os postos de trabalho aos residentes. Nos sectores onde há mais não residentes, o nível salarial dos locais é muitas vezes afectado, assim, o Governo deve rever a política de importação de mão-de-obra e, sob o pressuposto de não permitir a importação para os cargos de croupier, supervisor e motorista profissional, deve ainda incluir cláusulas específicas para salvaguardar a prioridade à contratação de locais nas propostas e contratos dos projectos de obras públicas, deve mesmo estudar a contratação prioritária de trabalhadores locais para evitar o regime de substituição de residentes por não residentes, e prevenir a concorrência anormal entre os não residentes e os residentes devido à mão-de-obra barata.

O Governo deve ainda estudar a implementação de medidas urgentes de apoio económico para os sectores mais afectados pela epidemia. O emprego dos jovens também está a ser afectado pela epidemia, portanto, espero que o Governo continue a aperfeiçoar e otimizar a formação destinada aos jovens e o apoio ao emprego, para, sob o impacto da economia, garantir melhor o emprego e manter a harmonia social.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 24.06.2021

Combater os crimes de droga e construir uma comunidade livre de drogas

Há dias, a Polícia Judiciária descobriu um caso de droga relacionado com o cultivo de canábis numa residência, onde foram encontrados instrumentos para a plantação e utensílios para o consumo. Este é o segundo caso deste ano. Plantar canábis em casa é uma actividade oculta e difícil de descobrir. O caso foi descoberto por envolver um caso antigo ocorrido no início do ano, e a polícia ter iniciado uma investigação posterior, senão, a sua descoberta seria difícil. Este caso fez soar o alarme na sociedade.

Os crimes de droga são cada vez mais complexos e o perigo para a sociedade está a aumentar. Novos tipos de droga aparecem constantemente e as actividades de produção e tráfico de droga estão a ser praticadas de forma cada vez oculta, mais, nos últimos anos, alguns países e regiões legalizaram a marijuana, o que teve um impacto negativo no reforço do controlo da marijuana ao nível internacional, e isto pode transmitir aos residentes, em particular aos jovens, uma mensagem errada, levando-os a violar a lei por descurarem os malefícios da droga.

O consumo, o fabrico e o tráfico de droga são ilegais em Macau. No âmbito dos crimes relacionados com a droga, os jovens são, sem dúvida, um grupo especial com grande potencialidade de cometer crimes. Nos últimos anos, houve sempre casos em que os delinquentes se aproveitaram dos jovens para a prática de tráfico, e muitos dos envolvidos eram menores de 16 anos. Segundo o Relatório de investigação sobre os jovens estudantes e a droga em Macau 2018, a proporção de jovens em idade escolar que consumiram droga ilegal aumentou, passou de 2,48% em 2014 para 2,92% em 2018, o que merece a nossa atenção.

Os crimes relacionados com a droga têm consequências profundas para o indivíduo e para a sociedade. Em 7 de Dezembro de 1987, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução que fixou o dia 26 de Junho como Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas (“Dia Internacional da proibição de drogas”), com a determinação de atingir o objectivo de criar uma comunidade internacional livre de drogas, através do reforço das acções e da cooperação. Mas, tal objectivo não é fácil de alcançar. Segundo o Relatório Mundial sobre a Droga 2020, em 2018, o número de toxicodependentes atingiu 269 milhões, um aumento de 28,1% em relação aos 210 milhões registados em 2009, e estima-se que o fenómeno de consumo de droga em todo o mundo venha a piorar.

Os crimes relacionados com a droga estão cada vez mais escondidos, o trabalho de combate está a enfrentar grandes dificuldades e a construção de uma sociedade livre de drogas também está a enfrentar desafios. Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Cooperação regional no combate ao crime de droga. Os meios utilizados para a prática dos crimes relacionados com a droga são cada vez mais diversificados, e é difícil resolver eficazmente o problema dependendo apenas de uma jurisdição, especialmente

devido aos novos desafios para os trabalhos de combate à droga quando se está sob a influência do surto do novo coronavírus. Espero que a Polícia continue a reforçar os laços policiais com as regiões vizinhas e a nível internacional, intensificando o diálogo no sentido de formar uma força conjunta forte para prevenir e reprimir o crime de droga organizado transfronteiriço.

2. Reforçar a cooperação entre a polícia e os cidadãos para sanear a droga da sociedade. O tráfico de droga está escondido, o que dificulta o combate pela polícia. Para além de continuar a reforçar a capacidade de recolha de informações, as autoridades policiais devem também reforçar a cooperação entre a polícia e os cidadãos. O combate pela polícia baseado em informações, e em conjugação com as denúncias dos cidadãos, contribui para uma maior eficácia do trabalho de combate aos crimes de droga e para se acabar com esse mal na comunidade.

3. Reforçar a divulgação dos prejuízos da droga. Os crimes de droga já passaram do uso de drogas tradicionais para outras drogas mais sofisticadas, disfarçadas e fascinantes, e muitas pessoas, especialmente os jovens, são facilmente seduzidas devido à sua curiosidade. Tendo em conta o aparecimento de diferentes tipos de drogas, além de reforçarem os trabalhos de divulgação e educação sobre as drogas tradicionais, as autoridades devem ainda integrar atempadamente os novos tipos de drogas no âmbito da regulamentação e divulgação jurídica, conjugando essa medida com as acções realizadas no âmbito do Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas, no sentido de a população se afastar da droga depois de melhor conhecer os seus prejuízos.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 24.06.2021

Resolver com seriedade os engarrafamentos causados pelas escavações

As escavações diárias e os consequentes engarrafamentos por todo o lado são características de Macau, e têm de ser resolvidos com seriedade. Em 2009, o Governo criou um grupo para coordenar as obras viárias dos serviços de utilidade pública e das repartições do Governo, porém, como há reparações urgentes e necessidades de desenvolvimento, as escavações continuam frequentes. De acordo com os Serviços para os Assuntos de Tráfego, no ano passado, houve 130 obras, previstas no plano anual, e 512 que não estavam previstas, incluindo obras de reparação privadas, repavimentação, ligação de esgotos por particulares, aumento de potência eléctrica, instalação de canalização de água em edifícios antigos, financiadas pelo Instituto de Habitação. A frequente repetição de escavações afecta significativamente as deslocações e o trânsito, causando incómodos e descontentamento da população.

No fim de Março, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas avisou a população para se preparar psicologicamente para um trânsito ainda mais caótico, pois Macau ia transformar-se num grande terreno de construção. De acordo com a experiência do ano passado, nas férias de Verão as obras viárias são mais frequentes, portanto, prevê-se que, nos próximos meses, a situação do trânsito não vá permitir optimismos.

Na prática, o grupo de coordenação das obras rodoviárias coordena a participação dos serviços e órgãos de utilidade pública nas obras rodoviárias, mas problemas como a distribuição das obras rodoviárias por zonas diferentes e a falta de planeamento geral, não conseguem ser resolvidos eficazmente. Segundo o relatório de auditoria do Comissariado de Auditoria de 2017, os resultados dos trabalhos de coordenação das obras rodoviárias não foram visíveis, porque após discussão, o grupo de coordenação concluiu que, os planos de obras e os resultados da coordenação não eram vinculativos, e que as entidades respectivas não eram obrigadas a respeitá-los. Além disso, a falta de rigor na fiscalização do cumprimento dos prazos de execução das obras e a não aplicação de sanções com efeitos dissuasores, nos casos de atraso, são problemas que estão por resolver há vários anos.

O Governo tem planos para criar, este ano, o mecanismo de coordenação das obras rodoviárias, através de regulamento administrativo, para coordenar os pedidos de execução das obras rodoviárias pelas empresas concessionárias dos serviços públicos e por outras entidades privadas, prevendo-se expressamente que as referidas empresas têm de executar as obras no prazo definido na licença, caso contrário, terão de arcar com os respectivos efeitos dissuasores e custos de adiamento correspondentes. Espera-se que o Governo tome a iniciativa de acompanhar os respectivos trabalhos legislativos, faça bem o planeamento geral das obras, garanta uma preparação proactiva para a instalação da rede rodoviária, e reduza as escavações.

O Governo deve rever as técnicas de pavimentação, nomeadamente a situação frequente de as vias com grande fluxo de trânsito terem de ser repavimentadas passado

pouco tempo depois de concluídas as obras, causando grande impacto social e custos elevados. O Governo deve clarificar os critérios e as exigências de qualidade das obras, e estudar a introdução de novos materiais, técnicas e métodos de execução, com vista a elevar a eficiência e a segurança das obras, e a aumentar a durabilidade do pavimento. Ao mesmo tempo, nos bairros antigos, os dados incompletos sobre as tubagens subterrâneas e a falta de ordenamento do espaço subterrâneo aumentam a dificuldade e a duração das obras viárias, o que afecta as deslocações dos cidadãos. Durante o aperfeiçoamento contínuo da base de dados geográficos das tubagens subterrâneas, propõe-se que seja reforçada a comunicação com os serviços de utilidade pública, disponibilizando-lhes meios de consulta sobre o respectivo sistema, a fim de reduzir os atrasos das obras e os congestionamentos do trânsito devido aos dados incompletos sobre as tubagens.

2021-06-24 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"Quase a completar dois anos de governação, qual a taxa de execução do Programa Político eleitoral "Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação de 2019 prometidas pelo actual Chefe do Executivo?"

As recentes chuvadas causaram enormes inconvenientes aos estudantes e pais de famílias, todos aflitos com a segurança dos seus mais queridos. Paralelamente tiveram de enfrentar congestionamentos rodoviários, autocarros superlotados e muitos alunos e pais ensopados de água como "patinhos". Chegados às escolas foram confrontados com a confusão de algumas delas terem restringido o acesso aos seus alunos, alegando instruções oficiais. Nítida falta de bom senso.

A DSEDJ entende que estes problemas são da responsabilidade da SMG e provavelmente da DSAT devido aos congestionamentos rodoviários. Mas demite-se da responsabilidade de "chamar à pedra" as escolas "faltosas" de terem impedido a entrada dos alunos.

Os SMG não conseguiram antecipar as previsões, presumindo-se a falta de equipamento e/ou falta de pessoal. Ninguém sabe, nem a tutela dá explicações aos acontecimentos.

Na realidade, ninguém teve a coragem, de antevendo as previsões meteorológicas de fortes chuvadas tivesse dado instruções às escolas e os respectivos pais para que os alunos não deslocassem às escolas.

Estas situações nunca aconteceriam se houvesse coragem na divulgação antecipada das previsões meteorológicas.

Destas confusões e inconveniências aos pais e alunos não houve pedido de desculpas por parte das entidades tutelares, como se nada tivesse acontecido.

Este é, um dos muitos exemplos que poderíamos referir quanto à necessidade urgente de melhorar e elevar os níveis de governação pública que continua a ser fraca e denigrativa da imagem do Governo.

Nestas questões, faltou às entidades tutelares a necessária sensibilidade e o bom senso na supervisão dos seus serviços.

Conexos a estes problemas existem outros problemas. E enquanto não forem resolvidos os problemas internos da função pública e melhorada a gestão, estas confusões vão repetindo-se.

No dia 23 do corrente mês, celebrou-se o Dia da Nações Unidas da Administração Pública, o dia especialmente marcado pela Organização das Nações Unidas tem como objectivo destacar a contribuição dos trabalhadores da Função Pública no desenvolvimento social.

Paulatinamente são acrescidos deveres e mais deveres, responsabilidades e mais responsabilidades e o ambiente de trabalho vai piorando.

As entidades tutelares "fecham-se em copas" ignorando e protelando a sua resolução porque de nada lhes afecta.

Muitas vezes são colocados no balcão de atendimento como forma de desprezo e punição.

Tendo em consideração que a DICJ vai contratar faseadamente mais de duas centenas de trabalhadores, será uma excelente oportunidade para permitir que os trabalhadores possam aposentar após quinze anos de serviço efectivo neles incluídos os magistrados judiciais.

Finalizo, apelando às autoridades competentes para compilar, analisar e avaliar detalhadamente quais as matérias ou os assuntos constantes do Programa Político de 2019 do ex-candidato ao cargo de dirigente máximo da RAEM e actual Chefe do Executivo que foram ignorados, esquecidos ou ainda não resolvidos ou resolvidos parcialmente e os assuntos considerados impossíveis de executar ou de resolver.

Somente, desta forma, haverá a esperança de melhoramento na qualidade de vida dos cidadãos.

Aliás muitas dessas questões foram prometidas e repetidas em todos os programas eleitorais desde 2000 e até hoje não foram resolvidas.

É de facto, a altura de se verem concretizadas as tais "Mudanças" conjugadas com a prometida "Inovação" para congregar energias e avanços na Administração Pública por forma a elevar a qualidade de vida dos cidadãos e deste modo celebrar o Dia das Nações Unidas para a Administração Pública.

Muito Obrigado

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau

José Pereira Coutinho

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 24.06.2021

Assegurar a qualidade do ensino e promover a investigação científica

O Governo defende sempre a política “prosperidade de Macau através da educação e da formação de talentos”, e procura garantir o desenvolvimento sustentável do ensino. Nos últimos anos, para elevar a qualidade do ensino, tem prestado apoio às instituições do ensino básico e superior no melhoramento do *hardware* e do *software*, através do investimento, e de diversas políticas e medidas. Mais, atendendo às necessidades da diversificação económica e da evolução da sociedade, e para promover o desenvolvimento global do ensino, tem procurado reforçar a formação de profissionais qualificados e as vias de progressão, através de reformas administrativas e da abertura de novos cursos.

O Governo persiste no reforço da “racionalização de quadros e simplificação administrativa” e na optimização dos procedimentos administrativos, para promover o desenvolvimento do ensino. A recente fusão dos Serviços de Educação com os Serviços do Ensino Superior foi mais uma tentativa de integrar os recursos educativos, otimizar os procedimentos administrativos, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade dos serviços, e também serve para melhor coordenar os recursos, o desenvolvimento da juventude e os talentos. O Governo afirmou que a fusão não vai afectar as actividades de ensino, mas na realidade, muitas actividades estão com dificuldades, face à redução do número e do montante das bolsas de estudo, no novo ano lectivo. De acordo com informações, as bolsas de mérito e de estudo diminuíram consideravelmente em relação ao ano lectivo anterior, e as bolsas especiais diminuíram de 510 para 350. Mais, mesmo que o candidato reúna condições para receber ambas as bolsas, de mérito e de estudo, o Governo só permite a candidatura a uma delas, com vista a elevar a eficácia dos apoios. Isto vai afectar a vontade de progressão dos estudantes e o desenvolvimento saudável do sistema educativo.

Na verdade, o desenvolvimento económico sofreu muitos impactos durante a epidemia, e o erário público deve ser usado com mais cautela. Contudo, a educação é a pedra basilar do desenvolvimento, e não deve ser alvo de cortes, com vista a garantir o seu progresso. A educação em Macau registou bons resultados, que não foram fáceis de alcançar, e o Governo deve mantê-los, pois nesta altura em que o país investe cada vez mais na educação, deve também reforçar o respectivo investimento, integrar-se na “dupla circulação” do país, promover a integração da educação de Macau com Hong Kong e Guangdong, e garantir que a educação em Macau progrida e se desenvolva de forma contínua e alargada.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. As bolsas e prémios são uma força motriz e uma garantia para a progressão dos jovens de Macau, e desempenham um papel importante na promoção do desenvolvimento educativo, por isso, para otimizar este desenvolvimento, o Governo não deve cortar bolsas. Há quem entenda que, se as “bolsas especiais” acabarem, será difícil pagar as propinas bastante elevadas das escolas famosas, e isso vai afectar os estudos. O Governo

deve continuar a garantir o investimento na educação, melhorar os procedimentos administrativos, dar apoio rigoroso para garantir a estabilidade financeira durante a epidemia, garantir melhor o sucesso e o crescimento dos jovens com vontade de progredir, e promover o desenvolvimento de talentos de Macau.

2. Os terrenos constituem a principal restrição ao desenvolvimento da educação. Para além da mudança da Universidade de Macau para Hengqin, em 2014, e da manutenção do antigo campus para o ensino superior, não se verificou mais nenhuma acção no âmbito dos terrenos para fins educativos. Devido à epidemia, muitos estudantes optaram por regressar a Macau para prosseguir os seus estudos, portanto, esta é a melhor oportunidade para o desenvolvimento das instituições do ensino superior de Macau. O Governo deve maximizar o aproveitamento dos terrenos retomados e dos terrenos dos novos aterros, reservando alguns deles para a construção de escolas, a fim de formar mais talentos jovens, construir uma melhor base para o desenvolvimento das indústrias e contribuir para o desenvolvimento do País.

3. Segundo o regime das instituições de ensino superior, estas gozam de autonomia na gestão, mas os subsídios e apoios financeiros são bastante limitados, especialmente nas instituições públicas, pois o seu desenvolvimento está sujeito às restrições do sistema administrativo. Se se continuar a reduzir o apoio financeiro, vai-se retroceder e reduzir o espaço de desenvolvimento da educação. O Governo deve melhorar os procedimentos administrativos, reduzir as restrições, especialmente para as instituições do ensino superior, eliminando os factores que restringem o seu desenvolvimento, e aumentar a flexibilidade, a fim de melhorar o desenvolvimento da educação em Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 24.06.2021

Com os esforços do Governo da RAEM, o projecto da nova Biblioteca Central de Macau foi confirmado no início deste ano. O projecto não só contempla várias funções, tais como espaço para pais e filhos e serviços inteligentes, como também vai ser introduzido um auto-silo para satisfazer as necessidades da população, por isso esse projecto mereceu elogios da sociedade.

A Piscina Estoril entrou em funcionamento há setenta anos e, neste momento, encontra-se sobrecarregada devido ao aumento da densidade populacional da zona ao redor. As instalações e equipamentos estão velhos, e a qualidade da água da piscina não é ideal. Essa situação não só afecta os resultados da natação, mas também cria risco de segurança para os nadadores. Segundo alguns residentes, o Governo tem vindo a divulgar, nestes últimos anos, a ideia de “Desporto para Todos”, e nadar é uma modalidade de desporto que é boa para as pessoas de todas as idades. Nos últimos anos, a procura de piscinas públicas tem sido maior do que a oferta, por isso os residentes dificilmente conseguem sentir comodidade quando nadam nas piscinas públicas. Assim, os residentes apelam à reconstrução da referida piscina. Segundo muitos nadadores que frequentam essa piscina, o Governo tem a intenção de instalar um sistema avançado de filtragem da água e de desinfecção através de ozono, e quer criar na Piscina Estoril duas piscinas, uma ao ar livre e outra em recinto fechado, o que vai contribuir para reforçar, na globalidade, a capacidade de acolhimento dos nadadores. Com a criação dessas duas piscinas, os residentes podem nadar independentemente das condições climáticas adversas, e as escolas situadas ao redor da piscina podem aproveitá-la para organizar actividades, deste modo disponibilizando aos jovens mais modalidades desportivas.

Acho que as piscinas públicas destinadas à população de Macau são infra-estruturas relacionadas com a vida da população, e o tempo de serviço das mesmas geralmente é de mais de meio século, pelo que a sua reconstrução se reveste de grande significado a longo prazo e de grande importância para a sociedade. Assim, sugere-se ao Governo que aproveite a oportunidade da construção da nova Biblioteca Central para planear e construir conjuntamente a Piscina Municipal Estoril, por forma a alcançar excelentes efeitos sensoriais gerais e o uso eficaz dos recursos de solos, podendo mesmo até fornecer aos residentes uma piscina de alta qualidade com equipamentos modernos, evitando assim interferências a longo prazo e perturbações nas vidas dos residentes da zona, devido ao desenvolvimento em separado das duas obras.

Quando a Piscina Estoril foi concluída em 1952, era considerada a mais avançada do mundo, tendo-se tornado até uma construção emblemática de Macau juntamente com o antigo Hotel Estoril. Creio que a reconstrução da mesma com elevados padrões de qualidade, e o planeamento e a construção em conjunto com a nova Biblioteca Central de Macau, vão beneficiar, a longo prazo, a população em geral, e a sua construção como um todo certamente voltará a ser um belo cartão da cidade de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 24.06.2021

A pandemia do novo tipo de coronavírus ainda está muito variável, por isso a sociedade continua a enfrentar muitos desafios e dificuldades. Nesta era epidémica, a saúde torna-se, sem dúvida, um dos temas a que o público dá mais atenção. O conceito de saúde e a atitude das pessoas em relação aos cuidados de saúde também mudaram, passando de um modo mais passivo para um mais proactivo, assinalado pela prevenção.

Nas Linhas gerais do planeamento – China Saudável (2030), divulgadas pelo Conselho de Estado, são definidos os objectivos e missões da construção de uma China saudável e, em vez de se concentrar no tratamento de doenças, a saúde do povo prevalece. Tais Linhas gerais pretendem promover a importância da prevenção, concretizar a Acção – China Saudável, melhorar a saúde de toda a população, promover activamente a integração da saúde com os cuidados aos idosos e com o turismo, e dar origem a novas indústrias ligadas à saúde. De facto, a indústria de cuidados gerais de saúde é uma indústria emergente com enorme potencial de mercado. Há opiniões de que, sob o impacto da epidemia, essa indústria entrou já numa era de procura universal, com oportunidades de desenvolvimento. É de crer que se tornará uma das indústrias importantes no futuro.

Segundo as autoridades, estas vão ajustar o rumo e o modelo de desenvolvimento do Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação entre Guangdong–Macau, para desenvolver a indústria da “macro saúde”, promovendo o “desenvolvimento no exterior” dos produtos e da cultura da medicina tradicional chinesa (MTC). A MTC foca a manutenção da saúde, e a indústria da “macro saúde” é precisamente uma das áreas a ser desenvolvidas com prioridade no âmbito desse Parque. Com o desenvolvimento socioeconómico, verifica-se uma melhoria do nível de vida dos residentes e um aumento da proporção dos idosos com idade avançada. Assim, a procura pelos serviços de saúde aumentou também, o que criou o melhor *timing* para o desenvolvimento da indústria da macro saúde.

Guangdong, Hong Kong e Macau podem, mediante cooperação, complementar-se, umas com as outras, para desenvolver a indústria da saúde, criando uma cadeia industrial que combine os cuidados de saúde e a manutenção na velhice, por forma a proporcionar serviços de saúde e de manutenção da saúde com melhor qualidade, e a direccionar a cooperação para um desenvolvimento conjunto mais abrangente e aprofundado. Há que aprofundar, no âmbito da “Grande Baía saudável”, a cooperação na área da MTC, aproveitando as vantagens únicas do referido Parque para, com o reforço da cooperação nessa área para a manutenção da saúde, haver uma articulação com a estratégia do País de desenvolver a macro saúde, promovendo assim a optimização e a transformação das actividades de saúde tradicionais de Macau e o desenvolvimento sinérgico das demais indústrias. Pretende-se, pois, que a indústria da macro saúde seja mais um novo rumo de desenvolvimento para os cuidados de saúde de Macau e se assuma como uma oportunidade importante para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da sua economia. Mais, há ainda que efectuar um planeamento concreto a curto, médio e longo prazo dos quadros qualificados da indústria da macro saúde, para um melhor desenvolvimento desta.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng, Wu Chou Kit e Chan Wa Keong em 24.06.2021

Presentear o Partido Comunista da China pelo centenário da sua fundação tratando bem dos assuntos da RAEM

Apresento esta intervenção também em nome dos deputados Ma Chi Seng e Chan Wa Keong.

O centenário da fundação do Partido Comunista da China celebra-se no dia 1 de Julho deste ano e merece ser comemorado com entusiasmo por todos nós, o povo chinês! Queremos agradecer ao Partido Comunista da China por ter liderado a nação chinesa, ao longo de cem anos de luta, no caminho da sua revitalização.

Sob a liderança do Partido Comunista da China, a China de hoje está na vanguarda do mundo ao nível da tecnologia avançada, da escala económica, e da capacidade para proteger a vida e a saúde das pessoas, conseguiu livrar-se das humilhações de há um século e realizar os desejos iniciais dos mártires, dos heróis e dos ascendentes, que se sacrificaram e contribuíram, com abnegação, para a revitalização da nação chinesa.

Devemos sentir orgulho em ser chineses! Nós, chineses, não podemos esquecer a história da China, que foi invadida e intimidada pelas potências ocidentais.

No seu 18.º Congresso Nacional, o Partido Comunista da China formulou expressamente a ideia de administração integral do país conforme a lei e de seguir firmemente o caminho do Estado de direito socialista com características chinesas, e durante a revisão constitucional de 2018, incluiu no articulado da Constituição a expressão “a liderança do Partido Comunista da China é a característica mais essencial do socialismo com características chinesas”. Tudo isto para demonstrar a liderança do Partido Comunista da China e fornecer fundamentos legais mais fortes para a segurança e o desenvolvimento do País e para a concretização dos objectivos dos “dois centenários”.

Para o País e a RAEM manterem a prosperidade e a estabilidade do desenvolvimento, devemos persistir no caminho do Estado de direito socialista, com características chinesas, e persistir firmemente na defesa da lei para assegurar a soberania, a segurança e os interesses do País, evitando a infiltração de forças externas. Para o efeito, apresentamos cinco sugestões:

1. Proceder ao auto-aperfeiçoamento contínuo, em articulação com as leis e as políticas nacionais, nomeadamente em termos da soberania, da unidade e da integridade territorial, do bem-estar da população, do desenvolvimento socioeconómico sustentável, da protecção dos interesses do país, para não estarmos expostos a ameaças internas e externas, e a garantia contínua do estado de segurança;

2. Rever as leis para prevenir a entrada de forças externas na RAEM e impedir, com todos os esforços, qualquer acção de apoio a indivíduos separatistas;

3. Melhorar os trabalhos de informação sobre a segurança nacional, aumentar os esforços para impedir que forças estrangeiras aproveitem a RAEM para actividades de destruição contra o Interior da China, e impedir essas conspirações logo no seu início;

4. Reforçar a consciência dos cidadãos sobre a segurança nacional, inculcar a noção de que os interesses do Estado estão acima de tudo, defender conscientemente a segurança nacional e, através de diversos meios, contribuir, com os nossos esforços e sabedoria, para a defesa da segurança nacional; e

5. Estudar com seriedade as leis, diplomas, regulamentos e regimes do país sobre a segurança nacional e sobre o sigilo, para reforçar a nossa consciência jurídica sobre a defesa da segurança nacional. Todos os cidadãos devem observar estritamente as leis e regulamentos sobre a segurança nacional.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 24.06.2021

Questiona-se se o Governo estará a fugir à imputação de responsabilidades de forma pública aos dirigentes

Em finais de Junho do ano passado, apresentei uma interpelação escrita na qual apontei que não há uma relação de incompatibilidade entre o regime de responsabilização pública – reparo público ou despacho de exoneração previstos no Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia – e o regime de procedimento judicial para a imputação de responsabilidade penal, e que, assim, o Governo não pode, sob pretexto de – em caso de necessidade, recorrer à imputação de responsabilidade penal, – deixar de imputar responsabilidades de forma pública através de despacho, e ainda pretendi saber se o Governo procedeu a alguma responsabilização pública – reparo público ou despacho de exoneração, nos termos do referido Estatuto. Na resposta escrita dos SAEP, não há uma resposta directa sobre se se procedeu a alguma responsabilização pública nos termos daquele Estatuto, mas afirma-se que, como o regime jurídico geral dos trabalhadores da administração pública é aplicado ao pessoal de direcção e chefia, existem deste modo situações de falta de articulação, e há que efectuar então estudos sobre o aperfeiçoamento do referido regime.

Tendo em conta o facto de o Governo não ter prestado esclarecimentos, face às interpelações para saber em que casos se procedeu a uma responsabilização pública – reparo público ou despacho de exoneração, nos termos do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia, não posso deixar então de levantar a questão que o Governo, ao longo de certo tempo no passado, fugiu substancialmente à responsabilização pública – reparo público ou despacho de exoneração, nos termos do referido Estatuto.

Nas informações disponibilizadas recentemente pelos SAEP, estes reconhecem que a falta de um regime disciplinar para o pessoal de direcção e chefia (diferente dos restantes trabalhadores) dificultou a concretização da responsabilização, e que há que definir um regime específico para o pessoal que desempenha funções de direcção e chefia. Ao mesmo tempo, reconhecem que as disposições vigentes relativas a crimes na função pública, em vigor há mais de 20 anos, carecem de alteração e já não conseguem dar resposta às necessidades reais do desenvolvimento social de Macau, nem acompanhar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Solicito à RAEM para tomar medidas imediatas, ouvir quanto antes as opiniões da sociedade, e incluir os trabalhos de aperfeiçoamento específico do sistema jurídico nas LAG para o próximo ano, de modo a melhorar os mecanismos de responsabilização pública e de anticorrupção da RAEM.

IAOD do Deputado Au Kam San em 24.06.2021

Melhorar o ambiente pedonal a partir do planeamento dos bairros

O trânsito de Macau tem sido alvo de críticas. A origem do problema está nas ruas estreitas e no número de carros, e os autocarros, por mais que sejam, só ficam parados nas ruas. O metro ligeiro, que custou montantes avultados, só tem meia linha a funcionar, meia morta, quase sem contributo algum. Macau é pequena, e a península percorre-se a pé de norte a sul em menos duma hora, portanto, se o trânsito está mal, anda-se a pé. Assim, nos últimos anos, o Governo passou a sublinhar a primazia das deslocações a pé, além da primazia dos transportes públicos, só que as condições para andar a pé também não são boas. Para melhorar o ambiente pedonal, o Governo realizou vários projectos específicos nos últimos anos, por exemplo, a travessia pedonal ao longo da Avenida de Guimarães na Taipa. Sabe-se lá se estes projectos são bem aceites, mas sabe-se que os custos foram elevados.

Para construir uma travessia suspensa ao longo daquela avenida, foi preciso fazer muitas obras e gastar muito dinheiro. Se tivéssemos um planeamento urbanístico prospectivo, que previsse, para o desenvolvimento daquele bairro, a separação da circulação de automóveis e peões, seria possível, na construção dos edifícios ao longo da avenida, exigir que fosse reservado espaço nos prédios, para depois construir uma travessia pedonal, fazendo só as ligações entre os edifícios. Veja-se a passagem pedonal entre Sheung Wan e Admiralty, em Hong Kong, que foi construída aproveitando as vias públicas reservadas no interior dos edifícios ao longo do trajecto, depois ligadas por várias passagens superiores, para acarretar mais oportunidades comerciais e facilitar as deslocações. Em Macau, pelo contrário, primeiro os governantes tiveram a ideia de fazer uma passagem pedonal, e só depois é que gastaram muito dinheiro para a construir.

Em Seac Pai Van existem quatro edifícios, On Son, Koi Nga, Lok Kuan e Ip Heng, e segundo o plano do Governo, os quatro edifícios deviam estar separados por estradas e ligados através de passagens superiores. Porém, com a excepção do edifício On Son, que foi construído muito antes, o Governo não pensou na construção de corredores superiores para a ligação entre os restantes três edifícios. Assim, as pessoas só podem aceder aos edifícios e às instalações comunitárias através de passagens superiores pedonais “soltas”, têm de subir e descer várias vezes as escadas, e às vezes o sofrimento é muito, por causa das avarias dos elevadores. Se as habitações e instalações comunitárias estivessem ligadas através de corredores superiores instalados entre os pódios dos edifícios, os moradores não teriam de sair para a rua nem de subir e descer entre as passagens superiores pedonais para chegar aos seus destinos. Acredita-se que, se fosse assim, as pessoas iam ficar mais satisfeitas.

Mas, o que passou já passou, não vale a pena criticar agora o Governo por não ter tido visão prospectiva. Porém, nas novas zonas, como a zona A dos novos aterros, vão ser construídas 28 mil habitações públicas, então, esta situação deve servir de lição e de inspiração.

Assim, interpelei o Governo sobre este tema, alertando-o para ponderar, aquando da construção de grandes complexos de habitações na Zona A, com a devida antecedência, o planeamento e reserva de espaços para a construção de corredores pedonais entre os edifícios, a fim de facilitar as deslocações a pé dos residentes.

No entanto, na resposta à minha interpelação, o Governo afirma que “aquando da realização de estudos sobre o planeamento de pequenas zonas e da elaboração das plantas de condições urbanísticas da Zona A dos novos aterros ou de aterros de maior dimensão por parte do Governo, os serviços responsáveis pelo planeamento e trânsito vão, tendo em conta as diferentes zonas, propor medidas de melhoramento do ambiente pedonal, incluindo o alargamento dos passeios e o aumento dos equipamentos de travessia pedonal. Por exemplo, a DSAT está a estudar a construção de passagens superiores para peões na Rua Norte do Patane, junto da Rua do Comandante João Belo, na Avenida do Nordeste, com extensão desde a Avenida de Venceslau de Moraes até ao Lote P dos Novos Aterros da Areia Preta, e na Avenida 1.º de Maio, com vista a promover o passeio ecológico e melhorar gradualmente a rede pedonal.”

Esta resposta causa bastante angústia. Como todos sabem, nos últimos anos, o Governo construiu muitas passagens superiores para peões, etc. e gastou muito dinheiro do erário público com a intenção de melhorar as instalações pedonais, esforçou-se muito, mas mesmo assim, os resultados não foram os ideais. E isto deve-se ao facto de algumas construções estarem sujeitas às limitações das próprias vias. Por isso, aquando da elaboração do novo plano, há que definir, de forma mais prospectiva, uma “conjuntura”. Na resposta, as autoridades sublinham apenas o alargamento dos passeios e a construção de passagens superiores para peões, sem pensarem em efectuar um bom planeamento das passagens para peões por zonas logo no início da concepção do plano, nomeadamente, nas zonas ABCDE dos novos aterros, no Iao Hon, com 7 edifícios alvo de reconstrução, no lote “P” da Areia Preta, e até na futura zona comercial central, a fim de separar o trânsito pedonal do rodoviário, otimizar o ambiente pedonal e facilitar e incentivar as deslocações a pé dos residentes. Para construir uma cidade, não se pode olhar só para as árvores, e desleixar a floresta. Senhores dirigentes, acordem, por favor. Está bem?

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 24.06.2021

O direito de residência tem implicações relevantes. Há que retirar a alteração apressada que relaxa as restrições

Falta um mês e meio para o fim desta legislatura, e as comissões que funcionam à porta fechada têm ainda seis propostas de lei em apreciação, que se tornam inúteis, se não forem aprovadas atempadamente. Para garantir ao mesmo tempo a eficiência e a qualidade legislativa, é preciso ter inteligência política. Na realidade, não é adequado, nesta fase final, causar controvérsias em relação às propostas de lei. Suspender as polémicas para alcançar o consenso deve ser a actuação mais sensata e responsável do órgão legislativo.

Contudo, na fase final da apreciação na especialidade, à porta fechada, da proposta de lei intitulada “Regime jurídico do controlo de migração e das autorizações de permanência e residência na Região Administrativa Especial de Macau”, o Governo, enquanto proponente, propôs repentinamente uma alteração estrutural e de princípio, para relaxar os requisitos para a manutenção do direito de residência temporária, considerando-se que não deixa de ter residência habitual o titular que, embora não pernoite na RAEM, aqui se desloque regular e frequentemente para exercer actividades de estudo ou profissional remunerada ou empresarial. Esta alteração surpreendente provocou forte contestação do público, pois se a Assembleia Legislativa aprovar apressadamente a proposta de lei, será alargado o “portão” para as pessoas de fora conseguirem o bilhete de identidade de residente de Macau, e as implicações serão profundas.

Antes de falarmos da polémica, é preciso recordar a lição do escândalo na apreciação e autorização de pedidos de imigração de 2018. Na altura, no “Relatório de Investigação sobre a apreciação, pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), dos pedidos de imigração por investimentos relevantes e de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados”, o CCAC apontou lacunas nos casos de imigração por fixação de residência dos técnicos especializados, e falta de rigor das autoridades, que não tomaram o tempo de permanência em Macau do requerente como critério para efeito da autorização.

Segundo o CCAC, foram analisados os dados de entrada e saída de mais de 600 requerentes de imigração por fixação de residência de técnicos especializados, e verificou que mais de 100 não permaneceram em Macau por muito tempo após a autorização de residência temporária, e os que permaneceram foi por pouco tempo, alguns menos de 10 dias por ano. Após uma investigação profunda, verificou-se que as funções exercidas pelos requerentes não correspondiam às autorizadas ou não tinham nada a ver com Macau.

Por exemplo, uma pessoa foi autorizada a imigrar na qualidade de vice-gerente geral e director financeiro de uma empresa de comercialização de carnes, legumes, cereais e óleos alimentares, mas, entre 2010 e 2014, só esteve em Macau 37 dias, e em 2015 não esteve em Macau durante todo o ano. Após investigações, verificou-se que essa pessoa tinha

estado sempre no Interior da China, e o seu trabalho consistiu apenas em fornecer aos donos da empresa informações sobre o concurso público e emitir pareceres a título de consultadoria. Outro exemplo é o caso de um indivíduo que foi autorizado a imigrar na qualidade de director financeiro de uma agência de viagens, e apesar de o seu contrato de trabalho especificar o local de trabalho em Macau e definir um horário de trabalho fixo, entre 2013 e 2016, o período máximo da sua permanência em Macau foi de 37 dias por ano. Após averiguações, verificou-se que o referido indivíduo não era, de facto, responsável pela área financeira, mas sim, pela angariação de clientes do Interior da China para a agência de viagens em causa.

Na altura, o CCAC afirmou que as autoridades deviam ser muito rigorosas na apreciação dos pedidos de fixação de residência, com vista a evitar que indivíduos que não preenchem os requisitos ou que tenham outras intenções recorram a este meio para obter ilegalmente o direito de residência temporária em Macau. O Governo, depois de retirar lições, devia estar alertado para o problema e, tendo em conta o entendimento dado pelo TUI na recente sentença (Nota), deve aperfeiçoar o regime jurídico e os procedimentos administrativos, uniformizar e clarificar os diversos critérios de apreciação e esforçar-se em reprimir os actos ilícitos, nomeadamente o aproveitamento das lacunas da imigração de quadros técnicos ou da imigração por investimentos relevantes para obter o BIR. Mas, o Governo actuou ao contrário, sugerindo a redução dos requisitos para a obtenção do BIR, o que pode racionalizar ou até legitimar as irregularidades do passado. Isto não é aceitável dum legislador responsável.

O direito de residência é um assunto importante nos diversos países e regiões, pois tem implicações com o estatuto de residente, com a distribuição dos recursos sociais e com o bem-estar e o desenvolvimento sustentável da sociedade a longo prazo. A presente revisão da lei gerou controvérsia por afectar a base do regime jurídico da fixação de residência, alterar os critérios objectivos, científicos e de uso internacional para a apreciação dos pedidos de fixação de residência e inverter os conhecimentos do público sobre a “residência”, a “imigração” e o “estatuto de residente de Macau”, sem ter antes passado por uma consulta pública nem unir o consenso da sociedade.

Em Maio de 2018, o Governo apresentou o contexto e os objectivos da revisão da referida proposta de lei aquando da realização da respectiva consulta pública, e em Novembro divulgou os resultados do respectivo relatório final. Em Janeiro, fez-se público que o Conselho Executivo tinha concluído a discussão da proposta de lei, e no dia 1 de Fevereiro, o Governo procedeu à respectiva apresentação na generalidade neste hemiciclo. Em todos esses momentos, nunca foi mencionado que iam ser levantadas as restrições para a aquisição do direito de residência temporária. Neste momento, a Comissão responsável pela apreciação na especialidade da referida proposta de lei tem a responsabilidade de salvaguardar rigorosamente a “baliza”, nos termos do “Regimento”, focando-se na conformidade, ou não, do conteúdo em concreto, do espírito e dos princípios legislativos da proposta de lei aprovada na generalidade, bem como no profundo impacto da mesma para os princípios e a ordem jurídica, entre outros aspectos.

Além disso, tal como refere o CCAC no seu relatório, Macau deve aproveitar e melhorar a actual política de imigração de quadros técnicos, no sentido de criar sinergias entre a importação de profissionais do exterior e a formação de talentos locais. Recentemente, o Governo revelou que ia realizar, no corrente ano, uma consulta pública sobre o regime jurídico de importação de quadros qualificados de alto nível. Sob o princípio da salvaguarda plena dos interesses locais, o Governo vai estudar o conceito de talento, a qualificação, os pressupostos de importação, bem como a situação real da oferta e da procura de talentos, profissionalizados e para a indústria. Por isso, este não é o momento adequado para tomar decisões precipitadas.

Da análise do ponto de vista político, jurídico, social e procedimental, solicitar ao Governo que retire a iniciativa legislativa de alteração da lei, no sentido de levantar as restrições para a aquisição do direito de residência temporária, serve para manter a base eficaz do regime em causa e para salvaguardar o interesse público e os direitos legítimos dos titulares de autorização de residência. Estas são as conclusões a que se pode chegar, sem quaisquer dúvidas.

Nota: citação do acórdão do TUI, processo n.º 182/2020: A qualidade de “residente habitual” implica, necessariamente, uma “situação de facto”, com uma determinada dimensão temporal e qualitativa, na medida em que aquela pressupõe também um “elemento de conexão”, expressando uma “íntima e efectiva ligação a um local” (ou território), com a real intenção de aí habitar e de ter, e manter, residência. Daí que se mostre exigir não só uma “presença física” como a (mera) “permanência” num determinado território, (a que se chama o “corpus”), mas que seja esta acompanhada de uma (verdadeira) “intenção de se tornar residente” deste mesmo território, (“animus”), e que pode ser aferida com base em vários aspectos do seu quotidiano pessoal, familiar, social e económico, e que indiquem uma “efectiva participação e partilha” da sua vida social.

IAOD da Deputada Lam Iok Fong em 24.06.2021

Atenção aos pormenores de execução das obras públicas, para não perturbarem antes de virem a facilitar a vida dos residentes

Há dias, a obra de construção da travessia pedonal na Avenida de Guimarães na Taipa foi finalmente concluída. Durante o seu prazo de execução, foram causadas muitas perturbações aos residentes. Ainda faltam uns meses para acabarem as obras de reordenamento da rede viária e de construção do viaduto na Rotunda da Piscina Olímpica na Taipa.

Muitos residentes disseram-me que as medidas provisórias de trânsito das referidas obras são desordenadas e desorganizadas, por exemplo, as placas de sinalização de trânsito não são claras, e o local dos semáforos das faixas de rodagem e das passadeiras está sempre a ser alterado, foram instalados e depois removidos, entraram em funcionamento e depois ficaram fechados, o que causou muitas voltas e viradas, pois os utilizadores das rodovias não conseguiam adaptar-se. Os condutores precisavam de mudar de faixa de rodagem de repente, porque não sabiam bem as ruas, e os peões também atravessavam nas faixas de rodagem, porque não encontravam as passadeiras. Face à luta pela via pública entre peões e veículos, é fácil causar engarrafamentos e perigos.

Além da obra de construção do viaduto, acima referida, que vai ficar concluída só em Novembro, o concurso da segunda fase da obra de construção do viaduto, em direcção ao *Galaxy*, também está previsto para o final deste ano, ou seja, receia-se que a situação com muita poeira nessa rotunda ainda tenha de durar um certo tempo, e os engarrafamentos sejam inevitáveis.

Por coincidência, a terceira fase das obras de construção do viaduto na Rotunda da Amizade, na península de Macau, também teve início no mês passado, o que resultou em engarrafamentos graves na zona da Pérola Oriental.

Assim, proponho ao Governo que tire os ensinamentos disto e que planeie adequadamente as medidas provisórias de trânsito durante a execução das obras. Primeiro, o Governo pode ponderar recorrer ao trânsito inteligente e fazer previsões sobre os dados móveis e os efeitos dos diferentes planos provisórios de trânsito, para que as autoridades e os cidadãos possam escolher os mais adequados. Ao mesmo tempo, há que fazer simulações e previsões sobre as diferentes fases de execução das obras e as alterações das medidas provisórias de trânsito, de modo a adoptar um plano de contingência com menos mudanças, e a reduzir as alterações das medidas de trânsito e a situação em que os cidadãos não sabem como actuar. Mais, as autoridades devem desenvolver acções de divulgação sobre as alterações das medidas de trânsito, e colocar sinais e instruções mais

nítidos que possam chamar a atenção dos utentes das vias, para que o público possa notá-los de imediato.

Mais, a população critica a repetição de obras nas vias públicas. O actual Governo salientou várias vezes que ia rever o mecanismo de cooperação interdepartamental entre os serviços públicos e as empresas concessionárias de serviços de utilidade pública, sugerindo uma optimização dos trabalhos de coordenação das obras viárias. Na sessão de interpelação oral do passado dia 29 de Março, o Governo disse que estava prevista a elaboração, neste ano, de um regulamento administrativo para definir e regular o problema da repetição das obras nas vias. Assim, espero que o Governo acompanhe o ritmo dos trabalhos e divulgue, quanto antes, o respectivo regulamento administrativo.

Apesar de as referidas infra-estruturas públicas poderem, a longo prazo, fazer fluir melhor o trânsito, o público tem de aguentar as “dores” devido aos congestionamentos e de contornar o local durante a execução das obras. Espero que o Governo possa, a partir de uma perspectiva humanizada e conveniente, planear, quanto antes, as obras, divulgá-las, efectuar um mínimo de alterações e evitar que haja repetições, a fim de facilitar a vida à população e disponibilizar-lhe uma boa eficácia nas deslocações.

IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 24.06.2021

Ideias sobre a construção da Zona de Aprofundamento da Cooperação entre Guangdong e Macau

A construção e o desenvolvimento da Zona de Aprofundamento da Cooperação entre Guangdong e Macau (Zona de aprofundamento) têm suscitado ultimamente grande atenção e alargada discussão na sociedade, por se esperar poder assim criar amplos espaços para o desenvolvimento de Macau a longo prazo.

Estamos no ano de início do 15.º Plano Quinquenal do País, da nova marcha para a construção de um país socialista moderno e da delineação do II Plano Quinquenal da RAEM. Perante as tendências do desenvolvimento a nível internacional, e a entrada do desenvolvimento do País numa era inovadora, associada a grandes oportunidades e forças motrizes, a construção da Zona de aprofundamento trará decerto um desenvolvimento histórico para Macau. Assim sendo, apresento aqui as minhas três seguintes ideias/sugestões:

1.º - Há que intensificar a divulgação do Plano de construção da “Zona de aprofundamento”, através de formas diversificadas, inovadoras e eficazes, por exemplo, a partilha de textos *online* e *offline* e sessões de esclarecimento, para que os diversos sectores da sociedade fiquem a conhecer melhor os projectos e políticas envolvidas, encorajando-os a apoiar e a participar activamente na construção e no desenvolvimento da referida Zona. Ao mesmo tempo, no âmbito do 2.º Plano Quinquenal da RAEM, há também que incluir os pontos principais e as medidas de concretização.

2.º - A “Zona de aprofundamento” vai trazer um novo e rápido desenvolvimento para Macau. Todos os sectores da sociedade, nomeadamente o empresarial, devem tomar a iniciativa de conhecer, de forma profunda e activa, as respectivas políticas, agarrando as grandes oportunidades da nova ronda de desenvolvimento.

3.º - Sendo um ponto de convergência importante para a nova conjuntura de desenvolvimento da “dupla circulação” do País, as suas vantagens únicas e o desempenho das funções e papel de plataforma nuclear também são muito importantes. Proponho que, no processo de construção e desenvolvimento da “Zona de aprofundamento”, seja dada a devida atenção à consolidação, à elevação e ao desenvolvimento das vantagens únicas de Macau e ao reforço do seu papel e função no processo de desenvolvimento económico e de abertura ao exterior do País, bem como concretizar a integração orgânica entre Macau e a zona em causa, complementando-se e desenvolvendo-se em sinergia.